



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O modelo de implementação do Plano de subsídio de consumo é demasiado complexo, e o Governo da RAEM não adoptou medidas apropriadas para fazer face às dificuldades da população sob o impacto da epidemia

Nos dias 1 e 12 de Março de 2021, dirigiram-se à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais 517 residentes desempregados em busca de ajuda, e, na sequência disso, o Secretário para a Economia e Finanças acabou por convocar, inesperadamente, no dia 15 de Março, uma conferência de imprensa, para divulgar os detalhes do “Plano de garantia do emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida da população 2021”. Segundo ele, o Governo vai investir 5 mil milhões de patacas na implementação do Plano de subsídio de consumo, para incentivar o consumo local e estimular a economia, com vista a atenuar o descontentamento social registado nestes últimos dias.

Na conferência de imprensa, o Secretário para a Economia e Finanças revelou que o Plano referido não era um Plano ad hoc, e que a sua implementação nada tinha a ver com a tentativa de procura de ajuda no acesso ao emprego por parte dos referidos residentes desempregados, e afirmou que o Plano tinha começado a ser pensado há seis meses. Porém, logo depois da sua divulgação, surgiram muitas controvérsias e discussões na sociedade, e o nosso gabinete recebeu, logo de imediato, muitas queixas do público. Se for como o Secretário afirmou, o Plano foi alvo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de discussão há mais de seis meses, ora, a sua complexidade demonstra que o Governo, quando define políticas de apoio, não tem em conta os interesses da população, pois estas não correspondem à realidade. Por conseguinte, muitos residentes manifestaram que isto era inaceitável.

Primeiro, o problema principal é que o Plano de subsídio de consumo nada tem a ver com a intenção original da "garantia do emprego " constante do slogan, e até é contrária à mesma. Por exemplo, segundo os referidos 517 residentes desempregados, os quais acompanhámos quando se dirigiram à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais em busca de ajuda no acesso ao emprego, estes não conseguem suportar mesmo os encargos com as despesas essenciais do dia-a-dia. Porém, de acordo com o actual Plano de subsídio de consumo, para usufruir da totalidade dos benefícios do Governo, cada pessoa teria de pagar aproximadamente 14 400 patacas antes de poder receber o subsídio de 4800 patacas. Este Plano suscitou ainda discussões na *internet*, e muitas pessoas entendem que se trata de um acto que obriga os residentes a “comprar o frango porque o Governo oferece o molho de soja”, e que o Governo ignorou, completamente, as dificuldades da população sob o impacto da epidemia.

Na conferência de imprensa, o Secretário explicou que a intenção original do Plano de subsídio de consumo era encorajar as pessoas que ainda têm algum dinheiro a consumir mais, a fim de incentivar o fluxo de capital. Porém, quer o pessoal do nosso escritório quer os residentes de Macau entendem que tal lógica é extremamente ridícula e irrazoável. Acreditamos que aqueles que têm poder de compra não vão, tal



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

como pensa o Secretário, gastar mais por causa dos cupões de consumo, que devem ser utilizados de forma separada, e a sua utilização requer um processo de múltiplos passos. Isto só leva a que os residentes de Macau percam a confiança no Governo.

Para os idosos com 65 ou mais anos, o Governo vai aplicar um Plano de subsídio de consumo mais simples, ou seja, a oferta de desconto directo aos idosos através do cartão para idosos (*MACAU PASS*). Porém, a maioria das pessoas com 50 ou mais anos ainda não se adaptou ao modelo de pagamento através de telemóvel, e no caso das pessoas que têm menos de 65 anos e que não estão familiarizadas com o pagamento através de telemóvel, o Governo não dispõe de políticas e medidas eficazes para os ajudar.

A situação mais grave é que existem em Macau cerca de 300 idosos com mais de 100 anos, e muitos idosos com mais de 80 anos. Alguns destes idosos têm grandes dificuldades com as deslocações, portanto, a implementação do referido Plano demonstra que o Governo não esteve atento às dificuldades deste grupo de idosos sob o impacto da epidemia.

A implementação bem-sucedida deste Plano requer o apoio de um sistema de consumo electrónico estável, e, olhando para a actual situação da implementação do pagamento electrónico em Macau, ainda não se atingiu uma situação de total estabilidade. Por exemplo, em 1 de Junho de 2020, o sistema de *MPAY* sofreu uma falha que durou muito tempo, e em 15 de Março de 2021 voltou a acontecer outra falha, que resultou na impossibilidade do acesso ao código para os autocarros. Tudo indica que a implementação forçada deste Plano em Maio de 2021 vai resultar em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

situações imprevistas.

Em 8 de Fevereiro de 2021, o Governo lançou, oficialmente, o modelo de apoio electrónico de pagamento agregado, sob a sigla “*Simple Pay*”. Porém, na essência, é meramente um agrupamento de diferentes sistemas electrónicos sob o apoio do Governo, sem padrões uniformizados. Quanto à emissão dos cupões de consumo, é possível que o sistema venha a apresentar falhas de identificação no decorrer da implementação do Plano. Mais, a utilização de instrumentos de pagamento disponibilizados por diferentes bancos e empresas pode resultar na impossibilidade de utilizar os referidos cupões, o que vem aumentar a possibilidade de impactos negativos, nomeadamente, litígios entre comerciantes e consumidores.

A questão mais importante é que o Governo não é o primeiro a implementar esta política do “triplo do valor do cupão” para estimular o consumo e atenuar as dificuldades. Nos nossos territórios vizinhos, por exemplo em Taiwan, já se implementou um plano semelhante em 2020. Os cupões de consumo de Taiwan foram apresentados em formato electrónico e físico, diferentes do plano a implementar em Macau, que requer múltiplas etapas para se poder usufruir dos benefícios de consumo. Porém, a realidade de Taiwan mostrou que a política de estímulo ao consumo não foi muito atractiva, pois não conseguiu alcançar o objectivo previsto.

Além disso, o Governo cancelou, em 2020, a injeção de 7000 patacas nas subcontas geridas por ele, com o fundamento do défice nas receitas e despesas do ano em curso. Então, como podem os idosos ser encorajados a gastar mais para manter o funcionamento económico das empresas locais quando os seus rendimentos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

originais foram reduzidos? Este plano é totalmente contrário à realidade social e ignora as dificuldades dos residentes, o que implica uma inversão das prioridades.

Assim sendo, interpele o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Para fazer face à epidemia, o Governo implementou o “Plano de garantia do emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida da população 2021”. Porém, os grupos das camadas sociais mais desfavorecidas, nomeadamente, os desempregados, os empregados em férias não remuneradas, os residentes que trabalham a tempo parcial, os idosos e os seus cuidadores, já estão preocupados com o pagamento das despesas da sua vida quotidiana, como é que conseguem encontrar um montante adicional, na ordem de 14 400 patacas, para participar no plano dos benefícios de consumo implementado pelo Governo? O Governo deve considerar implementar a política de "cartão de consumo electrónico", por ter já acumulado certa experiência de execução no ano passado, de modo a evitar a complexidade do actual plano de benefícios e os incómodos para o público. Porque é que não o fez?
2. O Plano de benefícios de consumo é muito complexo, sendo muito provável que a sua implementação dê origem a situações imprevistas. Por exemplo, segundo o documento divulgado, às pessoas com menos de 5 anos são atribuídos 5 cupões de 10 patacas pelo consumo de valor superior a 50 patacas, mas inferior a 100 patacas. É de crer que nem todos os consumidores compreendam



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

plenamente os pormenores deste Plano. Pelo exposto, o Governo deve tomar medidas para prevenir e resolver, em tempo oportuno, os conflitos entre comerciantes e consumidores. De que medidas dispõe para o efeito?

3. Para que a implementação do Plano de benefícios de consumo seja bem-sucedida, a premissa é a articulação entre o Governo, as plataformas de pagamento (por exemplo, os modelos de pagamento que são actualmente apoiados pelo “*Simple Pay*”, nomeadamente, os 5 tipos de *QR code* de comerciantes que se destinam a *scan* pelos consumidores e os 8 tipos de *QR code* a apresentar pelos consumidores aos comerciantes), e as plataformas de pagamento escolhidas pelos consumidores. Actualmente, o desenvolvimento do pagamento electrónico em Macau ainda se encontra na sua fase inicial. Pelo exposto, o Governo deve adoptar políticas substanciais e acções complementares para assegurar a implementação bem-sucedida deste Plano. De que políticas e acções complementares dispõe para o efeito?

17 de Março de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho